



## PLATAFORMA DE ALIANÇA INCLUSIVA – TERRA RANKA

### DÉCLARATION

Étant donné que le décret présidentiel qui prévoit la dissolution du Parlement est inconstitutionnel, tous les actes ultérieurs réalisés par le PR, à savoir la nomination et la révocation des premiers ministres et des gouvernements respectifs, placent le pays en dehors du cadre constitutionnel.

En d'autres termes, à l'heure actuelle, le pays ne dispose d'aucune institution fonctionnant dans le cadre constitutionnel, que ce soit le Gouvernement, le Parlement ni même la Cour Suprême de Justice.

Face à cette situation, la coalition PAI-TERRA RANKA réitère l'intégralité du contenu de la déclaration du 20 décembre dernier, appelant au rétablissement de l'ordre constitutionnel, favorisant le fonctionnement normal et régulier des institutions démocratiques.

Réaffirmant sa détermination à lutter pour la restauration de l'ordre démocratique et constitutionnel, la Coalition exhorte la CEDEAO et l'ensemble de la communauté internationale à accompagner le pays et à apporter son plein soutien au processus de consolidation de l'État de droit démocratique, à travers la mise en œuvre des résolutions émanant du 64ème Conférence des Chefs d'État et des gouvernements de la CEDEAO.

La Coalition encourage les forces de défense et de sécurité à assumer leur rôle républicain, en alignant leur conduite sur le respect de la volonté populaire, en défendant la légalité démocratique et en garantissant la sécurité intérieure et les droits des citoyens.

Dans cette voie, il dénonce les menaces explicites qui sont voilées contre la liberté des citoyens en général, l'intégrité physique des dirigeants de la Coalition et la vie du président de l'Assemblée.

Bissau, 23 décembre 2023.

Le Coordinateur



## PLATAFORMA DE ALIANÇA INCLUSIVA – TERRA RANKA

### COMUNICADO

Sendo inconstitucional o decreto presidencial que pretendeu a dissolução do Parlamento, todos os atos subsequentes praticados pelo Presidente da República, quais sejam, a nomeação, exoneração de Primeiros-ministros e respetivos governos, colocam o País fora do quadro Constitucional.

Ou seja, neste momento, o País não dispõe de qualquer instituição a funcionar dentro do quadro constitucional, quer o Governo, quer o Parlamento, nem sequer o Supremo Tribunal de Justiça.

Perante tal quadro, a Coligação PAI-TERRA RANKA reitera o conteúdo integral do comunicado de 20 de dezembro do corrente ano, apelando à reposição da Ordem Constitucional, promoção do normal e regular funcionamento das instituições democráticas.

Reafirmando a sua determinação em lutar pela restauração da ordem democrática e constitucional, a Coligação, insta a CEDEAO e toda a comunidade internacional, a acompanhar o país e a disponibilizar total apoio ao processo de consolidação do Estado de Direito Democrático, através da implementação das resoluções emanadas da 64ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO.

A Coligação encoraja as forças de defesa e segurança a assumirem o seu papel republicano, alinhando a sua conduta com o respeito da vontade popular claramente expressa nas urnas, defesa da legalidade democrática e garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos.

Nesta senda, denuncia as ameaças explícitas que estão sendo veiculadas contra a liberdade dos cidadãos em geral, à integridade física dos dirigentes da Coligação e à vida do Presidente da Assembleia Nacional Popular.

Bissau, 23 de dezembro 2023.

O Coordenador